

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 89
Dezembro – 2007

S U M Á R I O

- | | | |
|----|---|------------------------------|
| 2 | A Operação Condor e a Europa | Pio Penna Filho |
| 4 | Do fracasso do Iraque ao sonho do Irã | Virgílio Arraes |
| 6 | Integração física regional e biocombustíveis | José Alexandre Altahyde Hage |
| 9 | China e Índia – a disputa por “Soft Power” | Paulo Antônio Pereira Pinto |
| 12 | A Amazônia internacionalizada: considerações sobre a fronteira setentrional | Felipe Kern Moreira |
| 14 | Um novo <i>status</i> para Kosovo: o jogo de três níveis no futuro da província | Rafael da Soler |
| 17 | <i>La voix de la raison e de la tolérance</i> : o problema histórico da pena de morte e sua suspensão universal anunciada pela Assembléia Geral das Nações Unidas | Raphael Spode |
| 21 | O Campo Tupi e a revolução do perfil energético brasileiro | Evandro Farid Zago |

A Operação Condor e a Europa

PIO PENNA FILHO*

Com o anúncio de que a justiça italiana está processando vários cidadãos sul-americanos por envolvimento na repressão a militantes de esquerda durante o período das ditaduras militares no Cone Sul, muito se tem dito sobre a chamada Operação Condor, sobretudo porque 13 brasileiros estão sendo processados pela justiça italiana. Mas o que foi, afinal, essa operação?

Tratou-se de uma iniciativa chilena para criar um esquema de cooperação entre os serviços de informação das ditaduras militares dos países do Cone Sul (Brasil, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile) que promovesse maior eficiência repressiva para sufocar e/ou eliminar lideranças e militantes que ainda resistiam às ditaduras.

A rigor não se pode dizer que tenha ocorrido uma integração dos sistemas de repressão no Cone Sul, embora a tentativa de criação de um sistema integrado tenha existido, mas somente de maneira parcial e só bem depois do Golpe de Estado no Brasil, ocorrido em 1964.

A primeira reunião internacional para sua criação ocorreu no Chile, em 1976, e dela participaram representantes do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Embora os norte-americanos não tenham oficialmente participado, acompanharam de perto as decisões tomadas na reunião e sabiam exatamente o que estava acontecendo.

Muito tem sido dito no Brasil sobre a Condor e a imprensa brasileira chegou a publicar várias matérias sobre o assunto, de certa maneira vinculado o nosso país como integrante importante da Operação. Contudo, aqui defendo a tese de que essa Operação não interessava efetivamente ao governo brasileiro, à época dirigido pelo presidente Ernesto Geisel. O Brasil preferiu não se envolver tão diretamente e não se comprometer tanto com o esquema vislumbrado

pelos chilenos. E por quê o regime militar brasileiro não se interessou tanto pela Condor?

Ora, em 1976, os focos de resistência ao regime no Brasil já haviam sido virtualmente eliminados, restando muito pouca capacidade para a atuação dos grupos de esquerda remanescentes no país. Já no contexto regional, o fim das democracias no Uruguai, no Chile e, finalmente na Argentina, fechou o cerco ao amplo movimento de exilados entre as fronteiras desses países. Vale lembrar que o Paraguai e a Bolívia já viviam sob regimes militares. A essa altura, os brasileiros que haviam originalmente buscado refúgio na área do Cone Sul se viram impedidos de continuar na região, sobretudo pela ferocidade dos regimes chileno e argentino, que foram implacáveis com qualquer tipo de pensamento de esquerda. Era necessário e urgente buscar refúgio em outras partes, seja na Europa, América do Norte ou África, muito longe, portanto, das fronteiras nacionais e do alcance das garras do Condor.

O que causa espanto é a idéia dos europeus e, nesse caso específico, dos italianos, de se acharem no direito de julgar crimes cometidos num contexto histórico e regional totalmente alheio a eles. Os países europeus foram os países mais criminosos do mundo ao longo dos séculos XIX e XX e muito pouco foi feito em termos de justiça para julgar, condenar e punir os seus crimes, como se verá.

A Operação Condor continua em evidência nos principais jornais do país e provavelmente continuará por um bom tempo, à medida que mais fatos forem surgindo. É importante frisar que a participação do Brasil nessa Operação foi limitada e que não interessava tanto ao regime militar brasileiro cooperar nesse tipo de assunto com outros regimes do Cone Sul. Pelo menos não de uma forma institucional. E também é bom lembrar que havia interesses muito

* Professor da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e Pesquisador do CNPq (piopenna@gmail.com).

divergentes e rivalidades entre esses regimes. Pelo simples fato de serem regimes militares não podemos colocar todos num mesmo patamar.

Mas há um aspecto que deve ser questionado e que afinal foi o que colocou a Operação Condor em evidência novamente. Refiro-me diretamente ao fato dos europeus se acharem no direito de exercer a “justiça” em qualquer parte do mundo, como se fossem os guardiões, os paladinos da moralidade planetária.

Ora, qualquer estudante ou observador da História mundial há de verificar que a maior parte do sofrimento humano ocorrido pelo menos nos dois últimos séculos provém exatamente da “civilizada” Europa, isso para não voltarmos mais no tempo. Vamos citar apenas alguns poucos exemplos: a escravidão negra foi instituição tipicamente europeia (os europeus foram os responsáveis diretos pela invenção da escravidão baseada na cor da pele, uma novidade em termos históricos). Mas a escravidão foi pouco. Junto ocorreu praticamente o extermínio e a desenfreada exploração dos povos originários das Américas e depois veio o sistema colonial com toda a sua brutalidade e bestialidade, tanto no continente asiático quanto no africano.

Para irmos um pouco mais além, o século XX assistiu a dois conflitos globais originários de idéias e práticas políticas genuinamente europeias. E, para quem não sabe, a Europa pariu o fascismo e sua variante nazista, infelizmente ainda hoje presentes em muitos países do mundo, sobretudo na própria moderna e civilizada Europa.

Mas vamos avançar ainda mais, com mais exemplos. A Espanha, sob o governo do generalíssimo

Franco, protagonizou um brutal regime de exceção que não ousou um minuto sequer em pactuar com a Alemanha nazista. Portugal, com a ditadura de Salazar, fez o unimaginável com a oposição interna e, principalmente, com as “pessoas” (é bom lembrar que até bem pouco tempo atrás os europeus não consideravam os negros exatamente como pessoas) que lutavam contra o ultracolonialismo na África. A Inglaterra, por sua vez, na década de 1970 (portanto, concomitante com os regimes militares latino-americanos) usou seus pára-quadistas para executar manifestantes irlandeses contrários à dominação britânica da Irlanda do Norte (episódio conhecido como “Domingo Sangrento”). E o que dizer do racismo explícito dos povos europeus contra negros, latinos e asiáticos? Acaso não constituem crimes contra a humanidade, de acordo com determinação das Nações Unidas? E ninguém fala disso. Mais um exemplo apenas: o regime “democrático” da “civilizada” e “ilustrada” França ajudou no genocídio em Ruanda (ocorrido outro dia, em 1994) e pelo que consta nenhum sábio juiz europeu abriu qualquer processo contra os bravos militares ou ilustres políticos franceses! Pois esses são os senhores do mundo que se acham no direito de pedir a extradição de latino-americanos!

O que se passou aqui deve ser acertado aqui. Os crimes cometidos durante as ditaduras latino-americanas são responsabilidade nossa, e não dos europeus. Não somos idiotas e nem aceitamos ser tratados como incapazes. Os europeus deveriam cuidar da sua casa e da sua História, afinal há um verdadeiro acumulado histórico de violência e desrespeito aos mais elementares direitos humanos que nunca foi devidamente esclarecido.



Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org>.

Do fracasso do Iraque ao sonho do Irã

VIRGÍLIO ARRAES*

O hipotético projeto para investir-se contra o Irã parece seguir o mesmo aplicado ao Iraque: primeiramente, apresentar o país como uma ameaça militar além da esfera regional, o que desencadearia a necessidade de a comunidade internacional mobilizar-se, a princípio por intermédio da Organização das Nações Unidas.

Ainda que não houvesse indícios substantivos para que o plenário onusiano subscrevesse uma intervenção bélica imediata, uma cominação seria dirigida pelo governo norte-americano ao seu público – com natural repercussão global – com vistas a afirmar que a segurança do país seria assegurada, sem depender da eventual leniência de organismos internacionais.

Ao mesmo tempo, manifestar-se-ia a preocupação com a sociedade de lá, ao anunciar-se a sua libertação do duradouro jugo ditatorial, paralelamente à eliminação do perigo militar, de maneira que finalmente um regime democrático se conjugaria com a estabilidade local. Grupos desterrados auxiliariam a remodelar o país, ao atrair investimentos externos, mão-de-obra capacitada e tecnologia de ponta. Todavia, implicações relacionadas com a principal fonte de sustentação econômica do país em comento – no caso, petróleo e, em menor escala, gás – seriam anteriormente mencionadas de forma discreta, visto que questões imateriais sobrepor-se-iam a elas.

No Iraque, o roteiro falhou, não obstante a propaganda inicial da liberação da população local, com o país esfacelado atualmente em uma guerra civil sem vislumbre de interrupção próxima, com reflexos na política interna da Turquia, por causa dos curdos, e na do Irã, por causa dos xiitas.

No plano econômico, a desastrosa intervenção contribuiu, sem dúvida, para o reajuste brusco do

petróleo. Curiosamente, no dia 13 de setembro último, o Presidente George Bush vinculou a ocupação do país à necessidade de proteger fontes energéticas de extremistas, ou seja, terroristas.

Entretanto, o infortúnio no Iraque não arrefeceu nem o ânimo, nem a imaginação fértil dos formuladores neoconservadores, cuja ascensão intelectual havia-se desencadeado em meados dos anos 70, de sorte que se cogita ainda uma intervenção no Irã, apesar do relatório do início do mês de dezembro dos organismos de informação e análise desqualificando a vertente militarizada do programa nuclear pérsio – interrompida há quatro anos.

Acrescente-se que Teerã não ameaçou até o momento invadir eventualmente o Iraque, em solidariedade à população xiita local, ou interromper o fluxo cotidiano de fornecimento de petróleo, ainda que se mantenha de modo inamistoso perante Israel.

Na prática, uma força naval estadunidense situa-se próxima do estreito de Ormuz, por onde se encaminha diariamente 1/5 da produção mundial petrolífera, com o fito de apenas supostamente acautelar medidas intempestivas do governo iraniano.

Apesar dos recentes avanços tecnológicos sobre biocombustível – confronte o caso do etanol – a dependência extrema no que concerne a petróleo e gás perdurará por muitos anos, de maneira que naturalmente se evoca à mente o período em que o consumo – hoje, próximo de 85 milhões de barris por dia – superará a produção. As previsões atuais estimam entre 2015 e 2020 o declínio da extração do produto.

Nesse sentido, diante do cabedal de solidariedade acumulado pelos republicanos em decorrência do ataque terrorista de setembro de 2001 e desperdiçado a partir de março de 2003 quando da invasão do Iraque, qual seria a postura dos democratas perante

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

o Oriente Médio, visto que as eleições presidenciais aproximam-se?

No tocante à região médio-oriental, os democratas poderão modificar o meio de atuar, mas não o fim, isto é, o assegurar recursos energéticos por meio de um aparato unilateralmente militar, conforme determinado pelo Presidente Jimmy Carter no final de seu mandato em 1980.

Observe-se que – conquanto detenham a maioria no Congresso – os democratas não chegam sequer a um consenso sobre a retirada de tropas do Iraque ou sobre investigar no parlamento a ineficiente condução da guerra, onde, dentre outros aspectos negativos, afluem denúncias de maus tratos a prisioneiros locais.

É possível que uma presidência sob condução democrata não apurasse as responsabilidades preté-

ritas, a fim de não enfraquecer o combate ao terror. Há um recente precedente: no início da gestão Clinton, apontou-se para dirigir a *Central Intelligence Agency* (CIA) James Woolsey, democrata neoconservador, aceito politicamente por vários setores republicanos. Além do mais, Clinton não se esforçou para levar a um bom termo as investigações relativas ao comércio secreto de armamentos com o Irã e com o Iraque durante as administrações Reagan e Bush.

Paradoxalmente, a crescente militarização da política externa norte-americana naquela área não trouxe consigo os investimentos externos para dimensionar de forma adequada a infra-estrutura petrolífera e de gás. Assim, o Iraque tornou-se do ponto de vista propagandístico um péssimo exemplo, porém isso não desanima os ‘publicitários’ da política externa republicana a formular campanhas similares.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@meridiano47.info indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Integração física regional e biocombustíveis

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

O governo do presidente Lula procura consolidar cada vez mais a imagem do Brasil como fornecedor de energia alternativa. Desde o encontro com George W. Bush, dos Estados Unidos, até a abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2007, o presidente tem procurado demonstrar a viabilidade brasileira na alta produção de álcool combustível.

As razões para o Executivo nacional tornar o tema importante. Está cada vez mais patente o redemoinho de crises por que passa a região do Oriente Médio e da Ásia Central. Na primeira área está o já clássico conflito que trouxe as forças militares norte-americanas para um caos a se perder de vista no Iraque. Além disso, poderá haver problemas de relacionamento dentro da casa real saudita que também deverá exigir posicionamento da Casa Branca, isto é, para manter sua estratégia de segurança energética.

Na segunda área, Ásia Central, a situação também tende a ser de conflito de grande dimensão. Isto porque haverá construção de redes de oleodutos que deverão sair da Rússia e passar pelo Cáspio até a China ou do Irã para a Rússia e China. A trama contará com a presença de Rússia, Irã, China e alguns Estados associados que guardam boa produção de petróleo. Com a diminuição das reservas árabes por problemas naturais ou políticos a região, mais ao norte, poderá atrair a atenção de pesos-pesados da política internacional em embate complexo.

Todas as questões conflituosas que envolvem o Oriente Médio e Ásia Central contribuem para aumentar o preço do barril do petróleo, perto de 100 dólares até este momento. E se houver queda do preço ela deverá ocorrer no longo prazo, mas sempre em patamares altos, o que fará subir o grau de violência e cinismo político dos grandes Estados con-

sumidores, que deverão formular “projetos universais” para adentrar aos Estados produtores.

Por isso tudo, o complexo Itamaraty – Planalto, visto que as decisões são tomadas levando sempre em conta a convergência político-diplomática tanto do presidente quanto do chanceler, direciona esforços para fazer com que o Brasil seja visto na condição de Estado coeso, equilibrado e conveniente para a exportação de álcool de cana-de-açúcar.

Mas há questões prementes que o poder público tem de enfrentar para que a imagem do Brasil como fornecedor de energia não perca credibilidade. A construção de uma autoridade que tenha legitimidade e possa coordenar os agentes produtores de álcool é algo que merece destaque. Aqui não se faz menção a uma estrutura predadora que consuma iniciativas individuais, mas sim algo que possa contribuir e remover obstáculos por meio de projetos nacionais viáveis a setores empresariais relevantes ao desenvolvimento, lembrando o que Peter Evans escreveu sobre a Coreia do Sul em seu livro *Autonomia e Parceria* (Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004) sobre os Estados desenvolvimentistas. Outra situação que também é urgente debater é a situação da infraestrutura nacional, a qualidade das estradas que ainda não foram privatizadas e a malha ferroviária.

Sobre a situação rodoviária que tende a ser privatizada em grande bloco resta uma pergunta de não implicação ideológica, apenas prática. Os altos valores cobrados pelas concessionárias, sobretudo das vias mais movimentadas do Sudeste, também não seriam parte do “Custo Brasil”? Quer dizer, o custo de transporte não encarece também a produção?

Há muito tempo projetos de integração regional de infra-estruturas acalenta o complexo Itamaraty – Planalto. Desde os anos 1950 há quem imagine uma saída brasileira ao oceano Pacífico, passando

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan – São Paulo (alexandrehage@hotmail.com).

pela Bolívia até Arica, no Chile, ou utilizando o litoral peruano. Não há dúvida de que são planos viáveis, cujo obstáculo ainda está no campo político, fato entre a Bolívia e Chile que não têm relações diplomáticas regulares por causa da Guerra do Pacífico.

A saída via Pacífico é importante para os temas de combustíveis renováveis. Se o Brasil se firmar como exportador relevante de etanol, e outros insumos, ele terá no extremo leste grande mercado consumidor, principalmente na China e no Japão que são superconsumidores de qualquer tipo de energia. E haveria ainda compromissos com o continente europeu, também ávido por adquirir combustíveis renováveis para fugir da pressão russa, por exemplo, mesmo sabendo que a penetração do petróleo e do gás natural é muito forte na vida desses países.

A produção de álcool combustível no Brasil tende a ser descentralizada. Há dois grandes núcleos produtivos, norte e oeste de São Paulo e Rio de Janeiro, região de Campos. Mas há expectativa de haver outros centros importantes no Paraná, Minas Gerais e Goiás. Apesar da distribuição iminente da produção sucroalcooleira deverá haver comando nos transportes e na confecção da logística. Eleva-se a importância das hidrovias abarcando a bacia do rio Paraná e chegando até a do rio da Prata. Há o desenho de também usar a navegabilidade da bacia amazônica. Ou seja, o tema se desdobra em vários pontos.

Mas uma idéia pode ganhar espaço neste debate. Afinal, não seria lícito pensar na viabilidade de se utilizar a malha ferroviária presente no Rio Grande do Sul a caminho da Argentina? No estado gaúcho há uma malha ferroviária que liga Santa Maria a Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Do lado platino há uma malha que pode ir de Rosário, nordeste do país e perto da fronteira brasileira, até Salta, nas proximidades do Chile.

É evidente que tal percurso não deverá ser fácil e exigirá investimentos relevantes. Uma das questões é que, em analogia com o Brasil, o transporte ferroviário na Argentina foi relativamente desprezado pelos novos administradores que participaram da privatização. Isto porque boa parte do antigo traçado não passa por lugares compensadores economi-

camente. E isso deverá trazer o governo federal para uma operação que terá de conceber novos meios de investimento, não negligenciando o papel do poder público, nem fechando as portas para agentes empresariais que possam operar naquelas áreas. Portanto, a Argentina terá de resolver sua questão enquanto o Brasil resolve a parte dele. Haveria também a necessidade de combinação das bitolas entre os dois países, embora isso não seja um obstáculo para alguns analistas, como Darc Costa em seu doutorado pela COPPE/UFRJ.

Além desse fato há problemas da própria infraestrutura e de obstáculos naturais. Por exemplo, a malha ferroviária que sai de Rosário a caminho do norte é bloqueada pelo rio da Prata. Da outra margem do grande rio parte novamente o trecho a caminho de Salta. Por isso, seria necessária a construção de ponte que tivesse condições levar a linha-de-ferro para o outro lado, a exemplo do que existe na cidade de Santa Fé do Sul, norte de São Paulo, sobre o rio Grande. Trata-se de operação custosa, mas que pode valer a pena se for imaginada estrategicamente.

Caso o Brasil se efetivar como importante exportador de energia, com o etanol, esse empreendimento de transporte poderá ser vislumbrado, visto que a saída chilena encurta o caminho para o leste asiático, gastando menos tempo e combustível – sem falar no papel desempenhado pela Califórnia. Não se ignora que a idéia tem contratempos, mas deve-se abrir, ao menos, o debate porque, em consequência, o Brasil teria não apenas uma via de exportação, pela hidrovia Paraná, mas também outro meio, pela ferrovia. Embora a distância possa assustar à primeira vista o tempo não seria tão superior à via fluvial. Em compensação, a exportação ganharia por sua escoação pelo Pacífico.

Este plano sob o aspecto de política exterior brasileira não é sem propósito. Há mais de vinte anos o Itamaraty tem trabalhado para fazer da integração regional uma segunda pele para a diplomacia e, portanto, um projeto de Estado para a América do Sul, inclusive com grande grau de formulações intelectuais por parte da Casa. Os percalços econômicos e políticos são grandes e já tiveram poder suficiente para emperrar o processo.

As administrações passadas, sobretudo de Carlos Menen, na Argentina, e Collor de Mello, no Brasil, não se atentaram para a visão estratégica que a integração tem de ter em um mundo de incertezas e conflitos de toda ordem. No fundo, como bem expressou o professor argentino Aldo Ferrer, aqueles governos se pautaram exclusivamente pelos ganhos econômicos no curto prazo, ao gosto dos fluxos financeiros que marcaram presença em variadas crises dos anos 1990, como a asiática. Questão dos países emergentes.

Por isso, as crises provenientes por falta de projetos políticos de longo prazo só fizeram azedar o processo de integração, inclusive exaltando questões históricas da rivalidade entre Argentina e Brasil, como se a integração pudesse ser meio de exercer hegemonia, já que as disparidades econômicas, dentre outras, são marcantes entre os Estados da região.

Mas há uma oportunidade de se retornar ao assunto. Caso o projeto de integração com os meios de transporte não saia do papel, pelo menos, não será por falta de empenho e vontade nacional. E o etanol pode ser um bom motivo para novas conversações.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>

China e Índia – a disputa por “Soft Power”

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO*

China e Índia são temas de notícias frequentes, seja pela cobiça quanto ao acesso de centenas de milhões de seus potenciais consumidores à oferta de produtos e serviços estrangeiros, seja como resultado da concorrência entre ambos por recursos naturais e energéticos em diferentes partes do mundo.

Pouca atenção tem despertado, no entanto, a capacidade destes países emergentes no sentido de atrair e influenciar outras regiões do planeta. Isto ocorreria como resultado da divulgação de práticas, hábitos, criações e formas de raciocínio herdados ou marcados pela longa história indiana e chinesa.

Em outras palavras, há pouca reflexão sobre a “soft power” – para utilizar o termo popularizado por Joseph Nye (Nye, Jr. Joseph S. “Soft Power: The Means to Success in World Politics”. Public Affairs, 2004. O autor descreve tal poder como “a habilidade de obter o que você quer, atraindo e persuadindo os outros a seguirem objetivos seus”.) – na competição entre as duas potências emergentes na Ásia.

Esta disputa ocorre em setores como: a reivindicação de ser sede do Budismo e, portanto, o espaço cultural de definição do “perfil espiritual” da Ásia; em Medicina e cinema, indianos e chineses aparecem, também, engajados em atrair e influenciar novos e velhos amigos.

O Budismo como “Soft Power”

Na medida em que a economia abriu-se para o exterior e tem crescido a taxas surpreendentes, a RPC se torna mais disposta a aceitar e utilizar como “soft power” sua antiga civilização. Da mesma forma, ocorre com a Índia.

A China, portanto, tem demonstrado empenho em resgatar sua associação histórica com o Confucionismo. Assim, em novembro de 2004, Pequim

determinou a abertura de seu primeiro “Confucius Institute”, em Seul. A partir de então, mais de 30 Institutos semelhantes foram instalados em diferentes países, inclusive em Nova Delhi, na Universidade Jawaharlal Nehru.

Evidentemente, tais representações visam a, além de divulgar o pensamento do antigo sábio chinês, promover a língua e cultura chinesas.

Tal esforço se enquadra no discurso atual do Presidente Hu Jintao quanto ao encorajamento de uma “nova e gloriosa civilização” chinesa, com ênfase em projeto que valorize a antiga filosofia do país e, não, em valores ocidentais. O ressurgimento de Confucio, assim, é particularmente notável, porque o líder da RPC adotou o mais conhecido princípio daquele antigo mestre, que diz respeito a uma “sociedade harmoniosa”, como meta de seu governo.

Na prática, o retorno do Confucionismo coincide com a renovação do Budismo, na China.

Enquanto isso, a Índia volta a abraçar, também, esta antiga religião, reivindicando sua condição de origem do Budismo. Em jogo, entre Pequim e Nova Delhi está a disputa pelo título de ser o espaço civilizacional que, com base neste aspecto de “soft power”, definirá a “feição espiritual” da Ásia.

Nessa perspectiva, a Índia construiu, em 2006, na cidade de Luoyang, na China, um templo budista, com características indianas. A mensagem pareceu clara. Há dois mil anos, o Budismo emigrou do país de origem para o território chinês, instalando-se, inicialmente, naquela cidade.

De igual importância foi o fato de que, em 2007, Nova Delhi estabeleceu, na Universidade de Nalanda, em Cingapura, um centro de estudo do Budismo. Isto porque, enquanto a China não tem tido problemas para participar de diálogo institucional com, por exemplo, a Associação das Nações do Sudeste

* Diplomata de carreira e atualmente exerce a função de Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai. As opiniões expressas neste artigo são de sua inteira responsabilidade e não refletem posições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (papinto2006@gmail.com).

Asiático ou a Comunidade Asiática das Nações, a Índia tem ficado fora de tais reuniões.

O passado colonial e a condição que lhe foi imposta de exportadora de mão-de-obra barata para plantações no Sudeste Asiático, distanciou a Índia dos demais ex-integrantes do antigo “British Empire”, na Ásia.

Agora, os indianos buscam resgatar a herança de exportadores de cultura hindu-budista para Indonésia, Malásia, Indochina, Tailândia e Myanmar.

Cabe lembrar, ainda, que a disputa territorial, entre a China e a Índia, pelo estado indiano de Arunachal Pradesh, fica incluída na agenda da competição sino-indiana pela “soft power” no continente asiático.

Isto porque, segundo consta, o sexto Dalai Lama nasceu em Tawang (atual estado indiano de Arunachal Pradesh), em 1638. Isto levaria Pequim a considerar que aquele território faria parte do “Grande Tibet” e, portanto, integraria a RPC.

Curiosamente, os nacionais indianos da região em disputa têm fisionomia e características étnicas chinesas.

A Concorrência no Oferecimento de “Wellness”

Existe crescente interesse, no mundo inteiro, na “arte de viver bem” – “wellness”. Tal benefício, parece haver consenso, poderia ser, hoje, proporcionado seja pela Medicina Tradicional Chinesa, seja pelos tratamentos oferecidos pela prática indiana da Ayurveda.

Chineses e indianos, portanto, competem por mercado mundial estimado em US 40 bilhões, em busca de ervas medicinais e curas alternativas. Nesse esforço, cada país tem enviado especialistas a universidades, centros de tratamento e clínicas, com o objetivo de fortalecer sua “marca” respectiva.

Enquanto a Ayurveda indiana cresce em popularidade, no Ocidente, a Medicina Tradicional Chinesa parece consolidar-se na Ásia Oriental. Ambas as práticas refletem um tipo de “soft power” que Índia e China pretendem exportar para o resto do mundo.

A Ayurveda é um sistema de tratamento tradicional indiano, praticado há mais de 5.000 anos. Hoje é reconhecida, fora da Índia, como “medicina

alternativa”, dedicada ao prolongamento da vida humana. Busca o equilíbrio entre o corpo e o meio ambiente, criando a harmonia entre a pessoa e as condições que a rodeiam.

Baseia-se na teoria de “Cinco Grandes Elementos”: a terra, a água, o fogo, o ar e o espaço. Estes influenciariam diferentes funções do corpo humano e do meio ambiente em que se vive. Assim, por exemplo, o fogo regularia a digestão e assimilação de alimentos e idéias; o espaço influenciaria a “mobilidade mental”; e a água manteria o equilíbrio do peso, coesão e estabilidade. Diferentes combinações destes elementos levariam o indivíduo a “viver melhor”, desintoxicando, fortalecendo os tecidos e os sistemas imunológicos.

A Medicina Tradicional Chinesa explica que a energia (Qi) flui através de “meridianos” no corpo humano e sobre sua superfície. Estes canais são “rios de energia” que precisam ser balanceados. Tal processo pode ser realizado com a aplicação da acupuntura, que utiliza agulhas que estimulam a tal energia, em determinado local do corpo, fortalecendo-o e proporcionando a cura natural de doenças, sem a necessidade de cirurgia.

Os seguidores desta técnica acreditam que a saúde depende do equilíbrio do corpo, entre seus próprios órgãos e funções e entre o indivíduo e seu meio ambiente. Quando o corpo estiver balanceado e em harmonia com o exterior, a energia flui naturalmente através dos “meridianos” de forma que todas as suas partes são irrigadas adequadamente.

China e Índia, oferecem, assim, propostas originais da “arte de viver bem”, aos habitantes ricos de outros países. O grande desafio que se coloca a ambos, no entanto, é o de resolver seus respectivos problemas de fome e miséria.

Bollywood versus Filmes Chineses

A China tem obtido maior sucesso na obtenção de Oscars do que a Índia. Mas, pelo menos na Ásia, é possível notar que Bollywood (nome genérico dado à indústria cinematográfica indiana, sem que ocupe um local delimitado, na área de Mumbai.) tem muito mais fãs do que o cinema chinês.

Com sua perene simplicidade temática, ensaios musicais e danças, as películas indianas ainda não frequentam grandes audiências cinematográficas européias ou norte-americanas. Em países do Subcontinente Indiano, Sudeste Asiático, Oriente Médio e mesmo África, o interesse por estes filmes, no entanto, é enorme.

Os rendimentos da indústria cinematográfica chinesa, em mercados no exterior, teriam atingido US 244 milhões, em 2006, segundo o "State Administration of Radio, Film and Television"(SARFT), que revela, também, terem 73 filmes chineses sido exibidos em 44 países, onde receberam número maior de prêmios, no ano passado, do que em qualquer outro período recente.

Enquanto isso, não são conhecidos os números exatos dos ganhos obtidos pela indústria cinematográfica indiana. Sabe-se, contudo, que são inferiores aos chineses. Em termos de "soft power", não há dúvida de que a Índia tem obtido resultados notáveis.

Isto porque, vários países disputam o privilégio de fornecer cenários às produções bollywoodianas. A Suíça ocupa espaço indiscutível no imaginário dos indianos, em virtude de inúmeras produções filmadas em seus Alpes. Como consequência, é enorme o fluxo de turistas indianos em direção locais onde seus artistas preferidos apareceram atuando.

Filmes recentes foram produzidos no exterior, tais como: "Gangster", na Coreia do Sul; "Guru", na Turquia; e Fanaa, na Áustria. Em 2006, houve uma primeira filmagem no Rio de Janeiro. Metade dos 90 minutos de Doom II decorre na "Cidade Maravilhosa".

Inspirados pela bem sucedida experiência suíça, Cingapura, Tailândia, Emiratos Árabes, Áustria. África do Sul, Egito e Canadá têm oferecido incentivos financeiros para filmagens indianas.

Diante de tais manifestações de interesse, parece que diferentes partes do mundo apostam na criação de uma "marca", chamada Índia, a projetar-se favoravelmente pelo planeta e à qual é conveniente associar-se.

É necessário, contudo, definir a Índia que é apresentada nos filmes produzidos em Bollywood, que não podem ser considerados como representativos do país. São um espetáculo. A riqueza dos casamentos exibidos nas películas e a alegria de suas danças não refletem a realidade da população. O que está sendo projetado no exterior é uma caricatura.

Em sua dimensão econômica, fora das telas, a Índia real conta, ainda, com 260 milhões de pobres, vivendo com o equivalente a menos de US 1 por dia. Metade das crianças morrem antes dos cinco anos. A infra-estrutura lamentável e o ensino deficiente, mesmo considerando os centros de excelência existentes, não facilitam a inclusão da população rural no processo de crescimento tão alardeado nas áreas urbanas.

Os trunfos principais a serem projetados, como "soft power" da Índia são o fato de estar bem equipada, com instituições democráticas, e sua capacidade de promover a convivência entre suas distintas culturas, raças, religiões, castas e línguas.

Não se pode ignorar que os indianos vivem, hoje, um momento psicológico exuberante, no qual as pessoas encontram-se orgulhosas de sua nacionalidade – pela imagem favorável de seu país, por razões do crescimento econômico e, não, por vitória em campeonato mundial desportivo.

Verifica-se, finalmente, que, na medida em que se consolide a emergência da China e Índia, que possuem laços de vizinhança milenares, bem como se desenvolvam cooperação mais intensa e troca de ensinamentos sobre como administrar seus respectivos processos de crescimento exponenciais, haverá, sem dúvida, impacto significativo no ordenamento político internacional.

Isto ocorrerá, tanto pela maior inserção de ambos na economia mundial, quanto por suas diferentes formas de atrair e influenciar novos e velhos amigos.

Basta lembrar que, há pouco mais de 50 anos, Nova Delhi e Pequim foram os promotores dos chamados Cinco Princípios de Convivência Pacífica. Caberia, agora, desejar que, com sua crescente "soft power" contribua para um contexto de respeito entre culturas diversas.



A Amazônia internacionalizada: considerações sobre a fronteira setentrional

FELIPE KERN MOREIRA*

Aqui está um assunto que sempre quando surge remete às teorias conspiratórias. Pois bem, muita gente já ouviu falar do mapa do Brasil que constara em livros didáticos nos Estados Unidos da América e que apresentava a região amazônica como área internacional. Quando estas ondas conspiratórias surgem a comoção atinge a chancelaria brasileira que de uma forma ou outra procura fazer um levantamento dos dados. No caso específico do mapa escolar americano já ficou constatado que a página do livro era uma falsificação grosseira e a autoria do engodo restou atribuída a grupos nacionalistas. É claro que o desfecho deste caso em específico não põe termo à questão. De qualquer forma, existem vieses estratégicos que entendem que a Amazônia é uma região sobre a qual repousam interesses externos.

O desafiador num exercício de análise de conjuntura desta natureza é conseguir conferir cientificidade ao texto. A ciência enquanto percepção e sistematização da realidade possui dificuldade em enfrentar temas que apresentem dados quantitativa ou qualitativamente incipientes porque a aceitação de um argumento na comunidade científica passa também pela clareza dos dados que lhe confere suporte. Por outro lado, se todos os dados em política internacional fossem tão claros não haveria a necessidade de serviços de inteligência. Neste sentido, muitas vezes parece inglória a tarefa do pesquisador e estrategista em relações internacionais na medida em que existem dados que conferem significação às relações de poder que não estão disponíveis. Considerados os constrangimentos, interessa a este texto debater determinados ajustes que o pensamento estratégico tem sofrido no sentido de tentar compor um cenário de interesses e estratégias

de projeção de poder na fronteira norte amazônica.

Ocorre que a ameaça de internacionalização da região amazônica, seja pela utilização da violência não legitimada seja pelo exercício do poder brando, encontra mais ressonância no imaginário social do que nos postulados estratégicos. Mesmo na hipótese da mudança dos interesses e do eixo do discurso legitimador das potências mundiais, de guerra contra o terror para a hegemonia ambiental, a hipótese de domínio militar da Amazônia parece insustentável. A heterogeneidade política dos países envolvidos, a considerável dimensão territorial da floresta tropical em conjunto com o domínio da capacidade logística de guerra na selva tornam o domínio pelas armas uma moção com expressivo custo material e principalmente político. Em certa medida, as dinâmicas eleitorais na Austrália e nos EUA têm acenado para o arrefecimento do discurso legitimador de coalizões militares e a necessidade da participação estatal mais efetiva nos regimes ambientais. Contudo, na fronteira setentrional particularidades apontam para a configuração de um cenário estratégico específico com interesses, movimentos e constrangimentos identificáveis. Para explorar este assunto gostaria de utilizar a metáfora do quebra-cabeça: fornecendo algumas peças para a composição de um quadro. As considerações deste texto dizem respeito à informação disponível e a visualização da figura completa do puzzle deixa-se facultada à inteligência ou à imaginação do leitor.

Se formos reparar com atenção, na fronteira norte do Brasil, entre o delta do Amazonas e o do rio Orinoco, existe um arco de relevância estratégica tanto em nível estrutural quanto conjuntural. Por estrutural entendem-se os fatores estáticos, de

* Professor da Universidade Federal de Roraima – UFRR e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (felipe.kern@gmail.com).

longa duração como a geografia física e em nível conjuntural os dinâmicos, contingenciais, como as dinâmicas políticas e jurídicas. Dentre os fatores estruturais, nesta região os estudos geológicos apontam para a existência de manganês, petróleo, urânio, nióbio, pedras preciosas. São os considerados minerais estratégicos. O manganês é fundamental para a indústria do aço; muitos países possuem o minério de ferro, mas poucos o manganês. O urânio constitui uma alternativa energética viável principalmente considerando o domínio tecnológico brasileiro no campo do enriquecimento para fins pacíficos. O nióbio entre outras coisas é apropriado para construção de ductos de água e petróleo a longas distâncias, mas também é utilizado na produção e energia nuclear, no campo industrial bélico e aeroespacial.

No contexto conjuntural, propõe-se que a análise da fronteira norte exija a ampliação do foco na tríplice fronteira para o arco setentrional – Brasil, Venezuela, República Cooperativista da Guiana, Suriname e região administrativa da Guiana Francesa – o qual impressiona tanto pela complexidade social e institucional quanto pelo descaso da chancelaria brasileira. No contexto mundial, sabe-se que Estados Unidos da América, Nova Zelândia, Canadá e Austrália foram votos contrários à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada na ONU depois de 22 anos de negociação. Estes quatro países – todos ex – colônias britânicas – possuem receio que o uso da terminologia ‘autodeterminação’, relacionada com situações de descolonização, coloque em cheque a integridade territorial enquanto princípio constitucional do Estado democrático de direito. A preocupação destes países não é compartilhada pelo Brasil mas a Convenção de fato pode gerar o debate sobre antinomias constitucionais e não é coincidência que o Supremo Tribunal Federal tenha recentemente recebido a visita do Alto Comissariado da ONU para os direitos humanos para debater a agenda dos povos indígenas. Aqui, não há consenso se se tratam de direitos humanos ou culturais e no campo da dinâmica normativa a diferença é considerável. Coincide também que muitas das áreas protegidas na região como é o caso de 70% do território de

Roraima possuam jazidas consideráveis e também grande parte destas estejam em regiões de faixa de fronteira.

Ainda algumas peças parecem ser importantes. O papel de liderança na América Latina que em parte justifica o apelo brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança é compartilhado com reservas pelos países latinos. Agora, ao contrário da relação com a América hispânica, a Guiana e o Suriname – marginalizados na academia e na política – são abertos à influência brasileira sem que isto soe à prevalência lusófona. Em Georgetown existe um bairro brasileiro, mas não há o ensino do português; já em pleno território brasileiro, na maloca do Jakamim, terra indígena macuxi, a língua franca é o inglês. Relevante é também que as forças armadas na Colômbia são as mais bem equipadas na América Latina e aí se encontra um eixo de desequilíbrio regional visto pela Venezuela como ameaça potencial. Preocupa que Chavez não aprendeu a lição que tudo o que se fala deve ser verdade, mas nem toda verdade deve ser dita. Por outro lado, é descabido atribuir à modernização bélica da Venezuela – até então – o qualificativo de corrida armamentista. Nesta medida, atuação americana como causa da disputa em nível estatal parece evidenciar o transe da leitura instantânea da região.

A Amazônia é um dos temas mais decisivos da política internacional brasileira. Neste raciocínio, o arco setentrional está compreendido nas fronteiras simbólicas da Amazônia, pois a maior parte deste espaço não compartilha floresta tropical. A região caracteriza-se ainda por ser politicamente instável, heteroglósica, pelas nacionalidades de conveniência e pela expressiva presença estrangeira desde o século XVI. Assim, a principal ameaça à fronteira norte parece ser o vazio de propostas para lidar com estas características inerentes à região que internacionalizada já é. A intensificação da atuação das chancelarias na Guiana e no Suriname, a efetivação dos processos de integração regional e a harmonização dos interesses nacionais com o regime dos povos indígenas são algumas das estratégias que podem equacionar uma das mais antigas estratégias dos Impérios: dividir para dominar.

Um novo *status* para Kosovo: o jogo de três níveis no futuro da província

RAFAEL DA SOLER*

A definição do status final da província sérvia de Kosovo parece estar mais próxima do que nunca, porém não graças ao sucesso das negociações entre Belgrado e Prístina, mas justamente devido ao fracasso deste processo que vem se arrastando há quase nove anos. A Conferência de Baden entre os dias 26 e 28 de novembro e as eleições para o Parlamento kosovar em 17 de novembro indicam, através de seus resultados, um esgotamento das conversações e uma possível declaração unilateral de independência, apoiada por países-chave.

Kosovo tem sido, historicamente, uma região multiétnica, em que se alternam períodos de predominância albanesa com períodos de predominância sérvia. A população albanesa é, majoritariamente, mulçumana, enquanto a sérvia é cristã ortodoxa, contudo a religião não tem sido um fator importante na deflagração dos conflitos. As identidades nacionais são definidas, principalmente, a partir dos idiomas, cuja rivalidade se acentuou após a retirada do Império Otomano da região e do turco como língua franca em 1912. Hoje, cerca de 90% da população é de origem albanesa, enquanto 6% são sérvios.

O status político atual de Kosovo foi estabelecido em 1999. Após a operação militar da OTAN na região, a província continuou como parte da Sérvia, porém sob tutela da ONU e de uma série de instituições especialmente criadas. A *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo* (UNMIK) e a *Kosovo Peace Implementation Force* (KFOR) são responsáveis pela administração e pela segurança, respectivamente. Em 2001, a UNMIK estabeleceu as *Provisional Institutions for Self-Government* (PISG), com o objetivo de transferir gradualmente as competências administrativas para a população local,

bem como criar as raízes de um possível Estado independente. O principal projeto político da UNMIK era o *"Standards for Status"*, que previa uma série de critérios de governabilidade que deveriam ser alcançados pelas PISG antes que o status de Kosovo pudesse ser discutido. A lentidão neste processo gerou grande descontentamento e tensão, culminando nas rebeliões de março de 2004. Os ataques entre albaneses e sérvios foram respondidos de maneira desorganizada tanto pela UNMIK como pela KFOR, o que afetou a credibilidade das missões, principalmente entre a população sérvia.

Foi apenas em 2006, sete anos após o intervenção da OTAN, que as negociações para definição do status de Kosovo começaram, envolvendo representantes de Prístina e de Belgrado, o Enviado Especial das Nações Unidas, Martii Ahtisaari, além do chamado "Grupo de Contato", composto por EUA, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Rússia. Desde o princípio, Belgrado (apoiada por Moscou) propõe ampla autonomia para Kosovo, porém sem secessão. Prístina demanda independência da Sérvia, apoiada pela maioria da população kosovar favorável à separação e pelos demais países do Grupo de Contato.

O principal resultado das negociações foi a proposta de acordo apresentada por Ahtisaari ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Conselho de Segurança em fevereiro de 2007. O Plano Ahtisaari é, até o momento, a alternativa mais elaborada para o status de Kosovo. Ele recomenda uma "independência supervisionada pela comunidade internacional" e tem como objetivo a criação de um Estado multiétnico, com amplos direitos à minoria sérvia. O caráter "supervisionado" do plano é composto de presença

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rafadasoler@yahoo.com.br).

internacional civil e militar, com protagonismo da União Européia. O Representante Especial da UE exercerá, por um período de dois anos, a função de Representante Civil Internacional, responsável por interpretar os aspectos civis da implementação do Plano. A Missão da Política de Defesa e Segurança Européia será responsável por auxiliar as autoridades kosovares na implementação de instituições de direito justas, representativas e efetivas. No aspecto militar, a KFOR permanecerá em Kosovo como Presença Militar Internacional até o momento em que as instituições locais sejam capazes de manter a segurança.

Ao plano se opõe o governo sérvio e, conseqüentemente, o russo. As discussões no Conselho de Segurança se arrastaram por meses, sempre permeadas pela ameaça russa de veto à proposta. Em julho, dado o impasse naquela instância, foi lançada uma nova rodada de 120 dias de negociações entre Belgrado e Pristina. O Grupo de Contato passou a comandar o processo através da *Troika*, um grupo de representantes dos EUA, da UE e da Rússia. Esta ficou responsável por apresentar no dia 10 de dezembro um relatório final ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. As negociações não trouxeram resultados efetivos. A Conferência de Baden, realizada entre os dias 26 e 28 de novembro, foi uma última tentativa de gerar um compromisso entre as partes, porém as conversas não avançaram e a *Troika* declarou o processo encerrado. O período de 120 dias de negociações serviu, contudo, para uma melhor articulação entre os países que apóiam a independência de Kosovo. Os EUA já deram claros sinais de que vão reconhecer uma declaração unilateral de independência. Reino Unido, França, Alemanha e Itália também devem fazê-lo, porém buscam articular uma posição conjunta da União Européia. Este cenário ficou mais claro com as eleições para o parlamento kosovar em novembro. Hashim Thaçi, líder do vencedor Partido Democrático de Kosovo, defende a declaração unilateral logo após o prazo de 10 de dezembro.

A situação de Kosovo pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas, reflexo do envolvimento direto de diversos atores internacionais relevantes. Globalmente, há a oposição entre Estados Unidos

e Rússia. A atuação americana na região através da OTAN faz parte de uma redefinição dos objetivos e estratégias da Organização, que se expandiu e passou a agir nos anos 90 sobre antigo território de influência soviética. Essa "invasão" gerou fortes ressentimentos na Rússia que, combinados à atual política externa independente do governo Putin, fomentam uma postura inflexível de oposição aos americanos. Washington tem deixado claro que vai endossar a independência de Kosovo, e isso se reforça na medida em que o descontentamento dos kosovares com a lentidão na definição do status aumenta. É possível que as tensões se convertam em violência contra os mais de 16.000 soldados da KFOR estacionados na província, dos quais mais de 3.000 são americanos (não havendo mais nenhum contingente russo). A postura russa não representa necessariamente um alinhamento entre Moscou e Belgrado por razões ideológicas (ainda que o argumento pan-eslavista tenha sido utilizado popularmente), mas sim uma posição baseada na oposição, capaz de mostrar que a Rússia é mais que um resquício da potência global de outrora.

A nível regional, a União Européia é o ator de maior peso. O principal argumento de sustentação da Comunidade é o estabelecimento de uma zona livre de conflitos e amplamente dessecuritizada, que trouxe prosperidade e paz para a região. Contudo, isso não se restringe às fronteiras da UE e a instabilidade nos Bálcãs ameaça a legitimidade de tal argumento. Kosovo representa a questão de segurança mais urgente para Bruxelas, bem como uma oportunidade de mostrar que a Política Externa e de Segurança Comum é eficaz e necessária (algo importante em tempos de ratificação do Tratado de Lisboa). Atualmente, o fundamental na UE é a busca de uma posição comum. Como declarou recentemente a chanceler alemã Angela Merkel em discurso no Parlamento alemão, "unidade e determinação são necessárias no caso de Kosovo. O mundo inteiro está nos olhando". De fato, uma posição coesa da União Européia pode mostrar a relevância da organização como ator de peso no cenário internacional, e o papel da UE na supervisão de Kosovo independente também será um teste nesse sentido.

O entrave para a posição comum vem principalmente de membros do sudeste da Europa como Grécia, Eslovênia e Romênia, que se mostram reticentes em aceitar uma declaração unilateral de independência sem o consentimento do Conselho de Segurança. O temor é que movimentos separatistas nestes países saiam fortalecidos.

A nível local, é relevante tanto a interação entre Belgrado e Pristina como a situação interna de Kosovo. O governo sérvio, ao incentivar o boicote às eleições de novembro, negou a legitimidade da UNMIK e da KFOR e dificultou as negociações. Ao mesmo tempo, Belgrado já mostrou sinais de que seria favorável a uma partição da província entre setores sérvios e albaneses. Contudo, tanto a ONU como o Grupo de Contato são terminantemente contra. Fronteiras étnicas não podem ser traçadas na região, pois além de não separarem inteiramente as populações de nações diferentes, poderiam gerar precedente para outros países balcânicos que também são multiétnicos. O resultado de uma possível divisão seria a anexação do setor sérvio e a independência do setor albanês, com a permanência de bolsões sérvios no sul de Kosovo e de bolsões albaneses no sul da Sérvia, no Vale do Presevo.

Internamente em Kosovo, existe uma frustração generalizada com a definição do status. Isso se refletiu na baixa participação popular nas eleições de novembro (menos de 45% dos eleitores votaram) e no próprio resultado da mesma, colocando no poder um partido que advoga a declaração unilateral de independência. Espera-se que a definição final do status facilite a obtenção de empréstimos de bancos de desenvolvimento, como o Banco Mundial. O processo de reconstrução tem sido prejudicado neste sentido, pois Kosovo ainda não tem a autonomia para contrair compromissos financeiros internacionais. O baixo crescimento econômico (-2.9% em 2002; -1,4% em 2003), o alto déficit do balanço de pagamentos (23% do PIB em 2004) e o desemprego (42% da PEA em 2004) são evidências da economia em frangalhos que necessita de investimentos externos.

Este “jogo de três níveis” explica a complexidade da situação, na qual incidem variáveis de múltiplos níveis de análise, e permite traçar algumas previsões. Há um consenso entre os políticos kosovares de que uma declaração unilateral de independência só é viável com o aval dos Estados Unidos. Dado que é claro o apoio de Washington, caminha-se agora para a definição final do status da província. Tomando-se os dez princípios delineados pelo Grupo de Contato em outubro de 2005 para guiar as negociações, é evidente que o processo foi um fracasso. Kosovo permanecerá sendo uma sociedade multiétnica como era previsto, porém um compromisso entre Belgrado e Pristina não terá sido alcançado, lançando o precedente para um relacionamento difícil entre os futuros dois Estados.

Mesmo assim, dos males, o menor: a necessidade de apoio europeu e americano deve significar a implementação do Plano Ahtisaari como previsto inicialmente, o que pode resultar na construção de um país estável, seguro e próspero. Se forem seguidas as recomendações da proposta, a minoria sérvia terá sua segurança e seus direitos garantidos, evitando-se assim um deslocamento em massa de sérvios, como ocorreu em 1999. Paralelamente, o desejo do governo sérvio de retomar o Acordo de Associação e Estabilização com a União Européia, visando uma futura entrada no bloco, deverá ser condicionado por Bruxelas à maneira como o país vai lidar com Kosovo. Isso deve evitar a deflagração da violência entre os dois países. O ponto menos claro neste cenário é o futuro do relacionamento da Rússia com os Estados Unidos e a União Européia. Até que ponto este será abalado e quais serão as conseqüências práticas? Tendo em vista o histórico do governo Putin é difícil traçar uma previsão. Os olhos se voltam agora para os Estados Unidos. Com a declaração de independência se tornando a opção mais realista, resta esperar o sinal de Washington. Durante sua visita à Albânia em junho de 2007, o presidente George Bush declarou que “cedo ou tarde os Estados Unidos dirão basta”. Agora, com o fracasso das negociações mediadas pela Troika, talvez seja o momento do “basta”.



La voix de la raison e de la tolérance: O problema histórico da pena de morte e sua suspensão universal anunciada pela Assembléia Geral das Nações Unidas

RAPHAEL SPODE*

A pena de morte é um problema histórico que envolve fatos dramáticos da história humana. De acordo com a historiografia antiga, no ano de 399 a.C está reunida a Assembléia Popular de Atenas diante de um cidadão que procura defender-se acusado de crime e corrupção da juventude. A voz da Assembléia é uma: “Sócrates comete crime, investigando indiscretamente as coisas terrenas e as celestes, tornando mais forte a razão mais débil [...] corrompendo a juventude e não considerando como deuses àqueles em que todo povo acredita, porém outras divindades novas”. Diante da Assembléia, o resignado acusado reconhece circunscrito pelos retraídos ouvintes de sua apologia indelével: “Eles pedem, pois, para mim, a pena de morte”.

Nos textos evangélicos, resistem impressos os caracteres que descrevem Marcos, Mateus, Lucas e João da acusação e da sentença de morte proferida contra o Cristo. Exposto ao Sinédrio, no ano 36, Jesus é acusado pelas autoridades eclesiásticas dos antigos judeus por blasfêmia, sedição e transgressão dos códigos canônicos. *Ecce Homo*, apresenta o procurador romano Pôncio Pilatos à turba inquieta o sentenciado a pena de morte pela crucificação. 1613 anos depois, o rei Charles da Inglaterra havendo perdido a Guerra Civil inglesa para as forças parlamentares, preparava-se para o seu julgamento. Em Janeiro de 1649, o Parlamento convocou a *High Court of Justice* e em 20 de janeiro se iniciou o processo, em Westminster, sendo concluído no dia 27 do mesmo mês a favor da pena capital. Trata-se de

um dos mais trágicos fatos históricos da Inglaterra, no auge dos choques de interesses do século XVII, acontecido em plena praça de Westminster: o rei, a um golpe, tem sua cabeça separada do seu corpo. David Hume relatará mais tarde a terrível aflição, a tristeza e o arrependimento extremos que recaiu em todos os súditos ingleses pela pena de morte expedida e executada contra o seu rei.

A pena capital ainda revelou-se arraigada aos espíritos práticos da atualidade como método insuperável daquilo que se costuma fazer para dar o exemplo do que não deve ser feito, em outras palavras, como medida para uma delimitação moral da ação humana. O obscuro fato iraquiano angustiou a moral pública internacional, principalmente os membros integrantes da União Européia. Em alguma medida, o fato levou a Assembléia Geral das Nações Unidas (III Comitê), no mês de novembro de 2007 a votar uma proposta de resolução a favor da suspensão total e universal da pena de morte.

O projeto de resolução, aprovado por 99 votos contra 52 votos, está muito mais envolvido por um compromisso moral que legal sabendo que as resoluções onusianas não “obrigam” os Estados ao cumprimento. É o choque inevitável entre os princípios universais e os princípios contingenciais, entre o interesse da ordem moral e da ordem humana, em outros termos, entre o direito natural e o direito positivo. Outro choque inevitável revelou-se nas discussões acerca da problemática histórica, aquele entre o realismo epistêmico e o utopismo

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (raphael.spode@gmail.com).

desenvolvido pelo Prof. E. H. Carr como bastante evidente nessa situação. Durante os debates desenvolvidos na Assembléia Geral, o delegado de Barbados utilizando-se daquela visão realista que procura desmascarar um interesse nacional velado sob o manto do universal, alegou “[that] *the European Union and other main sponsors were trying to impose their will on other countries*”. Muitos pensadores e sábios tem alertado: “Em primeiro lugar, os indivíduos precisam se entender”. Para o problema da pena de morte, que reflete os princípios universais, ligados à natureza humana e às leis naturais e que é um princípio do interesse nacional velado num discurso de harmonia de interesses?

Nesse caso, em especial, e nos termos práticos do debate e da ação anunciada pela Assembléia Geral, para a Anistia Internacional, “*establishing a moratorium on executions is an important tool for convincing states still using the death penalty to engage in a nation-wide debate and to review their laws on capital punishment. If death penalty laws are under review, states must deem that it is only fair to stop executing people during the process*”. De acordo com a organização, até setembro do ano de 2007 mais da metade dos Estados que compõem a estrutura internacional já haviam abolido a pena de morte na lei e na prática. Os números que a organização apresenta são os seguintes: 90 Estados aboliram a pena de morte para todos os crimes: Albânia, Andorra, Angola, Armênia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Butão, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Camboja, Canadá, Cabo Verde, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Djibuti, República Dominicana, Equador, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Kiribati, Libéria, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia (Antiga República Iugoslávia), Malta, Ilhas Marshall, Maurício, México, Micronésia (Estados Federados), Moldávia, Mônaco, Montenegro, Moçambique, Namíbia, Nepal, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Níger, Noruega, Palau, Panamá, Paraguai, Filipinas, Polônia, Portugal, Romênia, Ruanda, Samoa, San Marino, São Tomé

e Príncipe, Senegal, Sérvia, Seychelles, Eslováquia, Eslovênia, Ilhas Salomão, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Timor-Leste, Turquia, Turcomenistão, Tuvalu, Ucrânia, Reino Unido, Uruguai, Vanuatu, Vaticano, Venezuela.

11 Estados aboliram a pena de morte para os crimes ordinários, conservando-a apenas para os crimes excepcionais, isto é, são Estados cujas leis legitimam o uso da pena de morte em tempos e circunstâncias excepcionais, como em estado de sítio ou em guerra declarada: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Ilhas Cook, El Salvador, Fiji, Israel, Quirguistão, Letônia, Peru. O Brasil se inclui neste caso assim como seus vizinhos, de acordo com a sua constituição, artigo 5º, XLVII (a) de que não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX [ver, das atribuições do presidente da república].

Outro grupo é classificado como abolicionista em prática. Tratam-se de Estados que retêm a pena de morte para crimes como assassinato, no entanto, são considerados abolicionistas em prática por não haverem executado ou sentenciado qualquer indivíduo durante os últimos 10 anos. Ainda que a lei grave a legitimidade da execução, estes Estados possuem políticas públicas que garantem a sua não aplicação. Isso é devido a pressão externa dos compromissos internacionais que esses Estados assumiram. Nesse caso, é a legislação internacional que orienta a prática jurídica e executiva doméstica: Argélia, Benin, Brunei Darussalam, Burkina Faso, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Granada, Quênia, Laos, Madagascar, Malauí, Maldivas, Mali, Mauritânia, Marrocos, Mianmar, Nauru, Níger, Papua Nova Guiné, Federação Russa, Sri Lanka, Suriname, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tonga, Tunísia, Zâmbia.

Os Retencionistas são aqueles Estados e territórios que conservam a pena da morte para crimes ordinários: Afeganistão, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barein, Bangladesh, Barbados, Belarus, Belize, Botsuana, Burundi, Camarões, Chade, China, Comores, República Democrática do Congo, Cuba, Dominica, Egito, Guiné Equatorial, Etiópia, Guatemala, Guiné, Guiana, Índia, Indonésia, Irã,

Iraque, Jamaica, Japão, Jordânia, Cazaquistão, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Kuwait, Líbano, Lesoto, Líbia, Malásia, Mongólia, Nigéria, Oman, Paquistão, Autoridade Palestina, Catar, São Cristovão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Arábia Saudita, Serra Leoa, Cingapura, Somália, Sudão, Síria, Taiwan (Formosa), Tadjiquistão, Tailândia, Trinidad e Tobago, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, Uzbequistão, Vietnã, Iêmen, Zimbábue.

À partir da conta realizada pela Anistia Internacional, um primeiro grande grupo pode ser composto por 90 Estados que aboliram a pena de morte para qualquer crime, 11 Estados que aboliram a pena de morte apenas para os crimes ordinários, 32 Estados que aboliram a pena de morte em prática, totalizando 133 Estados que aboliram a pena capital na lei e na prática. Restando os retencionistas, um segundo grupo totalizaria 64 Estados que não aboliram a pena de morte para qualquer tipo de crime. Dentre os Estados que compõem o segundo grupo, a Anistia Internacional revela que ao menos 1.591 pessoas foram condenadas e executadas com a pena de morte no ano de 2006 [Afeganistão, Argélia, Bahamas, Barein, Bangladesh, Belarus, Benin, Botsuana, Brunei Darussalam, Burkina Faso, Burundi, China, República Democrática do Congo, Egito, Guiné, Guiana, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordania, Cazaquistão, Quênia, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Kuwait, Quirguistão, Laos, Líbia, Malásia, Mali, Mongólia, Marrocos, Mianmar, Nigéria, Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Cingapura, Somália, Sri Lanka, Sudão, Síria, Taiwan (Formosa), Tanzânia, Tailândia, Togo, Trinidad e Tobago, Uganda, Estados Unidos da América, Uzbequistão, Vietnã, Iêmen, Zâmbia] sendo que 91% de todas as execuções aconteceram na China, no Irã, no Paquistão, no Iraque, no Sudão e nos Estados Unidos da América. No ano de 2006, o Irã, de acordo com a organização, executou 177 pessoas, o Paquistão 82, o Iraque e o Sudão ao menos 65. Foram executadas 53 pessoas em 12 estados americanos. O número estimado de pessoas condenadas a sentença de morte e em espera para execução foram estimadas ao final do ano de 2006 entre 19.185 e 24.646 baseado em infor-

mações divulgadas por grupos de monitoramento dos direitos humanos, reportagens jornalísticas e estatísticas oficiais. A Anistia Internacional estima com base em relatórios públicos que ao menos 1.010 pessoas foram executadas na China durante o ano de 2006. Outras fontes indicam números elevados de 7.500 a 8.000 pessoas executadas na China neste mesmo ano. Uma das dificuldades encontradas para o monitoramento exato e a análise conjuntural de países asiáticos é o segredo de Estado que protege as estatísticas oficiais.

Não é inexato observar a iniciativa da Assembléia Geral das Nações Unidas (III Comitê) como reflexo dos esforços da União Européia em promover a abolição e a suspensão universal do uso da pena de morte: *"This stance [UE] is rooted in the belief in the inherent dignity of all human beings and the inviolability of the human person, regardless of the crime committed"*. Todos os seus Estados membros *"are strongly opposed to the death penalty in all circumstances. Abolition of the death penalty is a requirement for countries seeking EU membership"*. Os Estados candidatos a integrar a União Européia precisam comprometer-se com os seguintes pactos internacionais:

PROTOCOL NO. 6 TO THE CONVENTION FOR THE PROTECTION OF HUMAN RIGHTS AND FUNDAMENTAL FREEDOMS CONCERNING THE ABOLITION OF THE DEATH PENALTY CETS No.: 114. Todos os seus Estados membros são signatários do *PROTOCOL NO. 13 TO THE CONVENTION FOR THE PROTECTION OF HUMAN RIGHTS AND FUNDAMENTAL FREEDOMS, CONCERNING THE ABOLITION OF THE DEATH PENALTY IN ALL CIRCUMSTANCES CETS No.: 187.*

O protocolo No. 13 compromete os seus signatários a banir a pena de morte sob qualquer circunstância, inclusive em tempos de guerra. A União Européia ainda sustenta e promove como parte de sua *Common Foreign and Security Policy (CFSP)* algumas *policy guidelines*, ou seja, *"these guidelines provide a set of criteria for making representations and outline minimum standards to be applied in countries retaining the death penalty. The EU also presses, where relevant, for moratoria to be introduced as a first step towards the abolition of the death penalty"*. Essas diretrizes constituem a

base de um regime internacional de proteção e a promoção dos direitos humanos. As diretrizes são amplas e abrangem os temas da pena de morte, da tortura, das crianças e os conflitos armados, e do direito internacional humanitário. De algum modo, esta ação conjunta dos Estados membros da União Européia, no sentido de promover a abolição e a suspensão regional da aplicação da pena de morte na Europa está relacionado com a proclamação solene realizada no *European Council Summit, (Nice, 2000)* da *Charter of Fundamental Rights of the European Union*. Seus dois primeiros artigos e seu décimo nono artigo demonstram claramente este comprometimento conjunto: *CHAPTER I. DIGNITY. Article 1. Human dignity. Human dignity is inviolable. It must be respected and protected. Article 2. Right to life 1. Everyone has the right to life. 2. No one shall be condemned to the death penalty, or executed. Article 19 Protection in the event of removal, expulsion or extradition 1. Collective expulsions are prohibited. 2. No one may be removed, expelled or extradited to a State where there is a serious risk that he or she would be subjected to the death penalty, torture or other inhuman or degrading treatment or punishment.*

No dia 18 de dezembro de 2007, o Departamento de informações públicas das Nações Unidas publicou a resolução A/RES/62/149 GA/10678 (*Moratorium on the use of the death penalty*). A resolução que pede “*a moratorium on the death penalty*” foi aprovada por 104 votos a favor, 54 votos contra, e 29 abstenções. Trata-se, evidentemente, de uma resolução que só pode ser compreendida pelo estudo da ação e do projeto compartilhado pelos Estados membros da União Européia no sentido de suspender a aplicação da pena de morte como punição as transgressões. A questão é reconhecer quando um projeto utópico está afinizado com as leis de progresso e com as

leis da natureza ou de outro lado, com interesses nacionais e mais imediatos. Não é do iluminismo que o direito à vida vem assegurado como o primeiro direito fundamental do ser humano? Sem tomar partido ativista, e mantendo-se firmemente na neutralidade analítica, afinal a comunidade epistêmica pode perceber esta anunciação como “*la voix de la raison e de la tolérance*”, iluminista e progressista, a exemplo de Voltaire ao denunciar os casos de insensatez e fanatismo nos períodos de intolerância do século XVIII?

De algum modo, a resolução é um apelo da razão universal, evidentemente ligada ao projeto iluminista que poucos percebem conduzir algumas diretrizes de política conjunta da União Européia. A verdade é que não há como duvidar que esta resolução se trata de uma manifestação superficial do regime que está sendo construído nesse propósito. Atualmente, os tratados e os pactos internacionais que sustentam o regime internacional para a abolição e suspensão da pena de morte são os seguintes: *Tratados e pactos internacionais: International Covenant on Civil and Political Rights (Article 6.2); Second Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights, aiming at the abolition of the death penalty; Convention on the Rights of the Child (Article 37.a); Safeguards Guaranteeing Protection of the Rights of Those Facing the Death Penalty, Economic and Social Council Resolution.* Os tratados e os pactos regionais são os seguintes: *EU Charter on Fundamental Rights; Protocol No. 6 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms concerning the Abolition of the Death Penalty; Protocol No. 13 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, concerning the abolition of the death penalty in all circumstances; Protocol to the American Convention on Human Rights to Abolish the Death Penalty.*



O Campo Tupi e a revolução do perfil energético brasileiro

EVANDRO FARID ZAGO*

A busca pela auto-suficiência energética foi, historicamente, marcante na história brasileira. No ano de 2006, contudo, a marca foi atingida, pois novas reservas de petróleo passaram a ser exploradas na Bacia de Campos, localizada no litoral do Rio de Janeiro. Uma recente descoberta, por outro lado, levou a auto-suficiência, antes tão almejada e, diversas vezes, tida como patamar impossível de ser alcançado, a ser considerada parte do passado. No dia oito de novembro de 2007, a Petrobrás anunciou o fim de testes no Campo de Tupi, que integra a Bacia de Santos, no litoral paulista. O que se comprovou foi a descoberta de uma reserva que abriga de cinco a oito bilhões de barris de petróleo, uma quantidade que extrapola em muito a auto-suficiência brasileira e posiciona o país entre os maiores detentores do material no mundo.

Esta análise de conjuntura é, então, guiada pela redefinição do perfil energético do Brasil, tendo por objetivo mostrar os impactos domésticos, regionais e globais da descoberta de Tupi. Parte-se, inicialmente, de uma exposição do atual quadro de exploração de energia no Brasil. Em seguida, as características do novo campo são elencadas. Designa-se, posteriormente, os novos arranjos globais e continentais decorrentes da descoberta, passando-se, finalmente a possíveis quadros futuros relacionados ao tema.

Atualmente, a energia brasileira provém de fontes diversas. O país não depende de, exclusivamente, nenhuma delas, como é o caso de diversos países do mundo. A predominância nacional é a da energia advinda de usinas hidrelétricas, que corresponde a 37% do consumo interno. Essa preponderância faz com que a provisão de energia no país seja

particularmente sensível a variações climáticas, já que longos períodos de estiagem tendem a diminuir a capacidade produtiva dessas usinas. Em segundo lugar, encontram-se os combustíveis derivados do petróleo, dentre eles gasolina e óleo diesel, com 32% do abastecimento doméstico. Lenha e bagaço de cana aparecem em seguida, com percentuais de, respectivamente, 9 e 7%. O álcool encontra-se em quinto lugar, respondendo por 4% do consumo, sendo acompanhado pelo carvão mineral – 3% – e pelo gás natural – 2%. Outras fontes contabilizam os 6% restantes.

O achado da Petrobrás representa uma das maiores descobertas de petróleo dos últimos vinte anos. O volume, calculado entre cinco e oito bilhões de barris de óleo mais uma notável quantidade de gás natural, deve elevar em cerca de 50% o nível das reservas nacionais. O país, que já possuía um total de 12 bilhões de barris, eleva esse número para uma soma de 17 a 20 bilhões. Dessa forma, o Brasil é lançado para o grupo das nações possuidoras das maiores reservas do mundo: passa da 17ª colocação para algo entre 8ª ou 9ª, posicionando-se entre Nigéria e Venezuela. Há, ainda, esperança de que se descubra mais reservas na região, visto que a área na qual se localiza Tupi – uma extensão de 800 km entre os litorais do Espírito Santo e de Santa Catarina – ainda pode oferecer mais surpresas aos prospectadores brasileiros.

Destaque também deve ser dado ao fato de que o petróleo encontrado é de qualidade superior ao normalmente explorado no Brasil. Isso se deve ao perfil da nova reserva, que se encontra abaixo do leito do oceano e de uma espessa camada de sal. O usual é que o material seja encontrado acima

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (evandrofz@yahoo.com.br)

desta camada. O processo de emersão para além do sal, contudo, faz com que o petróleo seja misturado com impurezas, diminuindo seu valor de mercado. No caso do campo de Tupi, o óleo não teve contato algum com a camada salina, fazendo com que seja mais limpo e leve. Conseqüentemente, o processo de seu refino é mais barato, o que eleva o valor da reserva.

O fato de ser o petróleo de Tupi mais leve, entretanto, também tem desdobramentos problemáticos. Como acima destacado, as características dos novos poços devem-se a sua localização: abaixo de uma espessa camada de sal. Assim, a profundidade em que se encontra o óleo é maior do que a normalmente recorrente no Brasil. Tupi está enterrado debaixo de 4,5 a 7 mil metros de água, terra e sal, enquanto os campos prospectados atualmente localizam-se a, em média, 2,7 mil metros de profundidade. Portanto, tecnologias inovadoras são necessárias para a exploração do novo campo. Por “inovadoras” deve-se entender também “dispendiosas”. Estima-se que o custo da prospecção será de, no mínimo, três vezes o valor usual.

O anúncio das dimensões de Tupi fez com que, no mesmo dia, as ações da Petrobrás subissem mais de 14%. Seu valor de mercado, além disso, atingiu o pico notável de 385 bilhões de reais. A alta das ações conseguiu, inclusive, contrariar a tendência de queda da Bovespa, que, na semana do anúncio, sofria pressões negativas por parte da bolsa de Dow Jones. A relevância do achado também se refletiu em políticas governamentais. O governo federal, que havia programado um leilão de blocos da área para petroleiras de todo o mundo, decidiu pelo cancelamento das vendas. Alegou, para isso, que haveria interesse nacional na posse da região, o que inviabilizou a ocorrência dos citados leilões.

O Estado brasileiro, atualmente, já possui um destaque global na utilização de energia proveniente de biocombustíveis e de hidrelétricas, que são duas fontes renováveis para o abastecimento doméstico. A descoberta do campo de Tupi adiciona petróleo aos pontos de destaque do perfil energético nacional. Assim, o Brasil passa a figurar, no cenário internacional, como uma verdadeira potência

energética. Abre-se, então, a possibilidade para que a nação deixe para trás a já confortável posição de auto-suficiência em petróleo para o vantajoso patamar de exportador do material. Além disso, já integra os planos da política externa brasileira a participação na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Com a colocação de nona maior reserva de petróleo do mundo, seria legítimo que o país ocupasse um lugar entre seus novos pares. O campo Tupi confere maior peso ao Brasil no cenário internacional, de forma que existe uma tendência de que seus posicionamentos externos angariem mais relevância. A possibilidade de se tornar um *global player*, dessa forma, torna-se mais factível. Dinâmicas multilaterais também tendem a ser mais benéficas para os brasileiros. O país, que já vinha obtendo êxitos em negociações internacionais embalado pelo crescimento econômico dos últimos anos, deve adquirir uma postura ainda mais relevante.

No âmbito regional, o Brasil também antevê um horizonte mais positivo. Em se tratando do continente americano, com a descoberta de Tupi, o país ultrapassa Canadá e México em níveis de reserva, ficando atrás apenas de Venezuela e EUA. Destarte, novas perspectivas em relação a exportadores de energia na região são estabelecidas. Países como Venezuela e Bolívia passam a ser ameaçados por um poder de barganha crescente no que diz respeito tanto à competição econômica quanto à arena política. Aumenta, assim, o poderio brasileiro frente aos petrodólares venezuelanos e a esquerda moderada do Partido dos Trabalhadores ganha espaço frente ao extremismo de Hugo Chávez e Evo Morales.

A ocasião do anúncio do campo de Tupi é considerada propícia. Isso se deve a uma recente tendência de queda de lucros na Petrobrás e a acentuadas dificuldades na provisão de gás natural para consumo doméstico. Tal dificuldade insere-se, em grande parte, na quase nacionalização, em maio de 2006, das reservas da estatal brasileira em território boliviano. O processo, levado a cabo pelo Presidente do país, acabou por deixar o Brasil na atual situação crítica referente ao fornecimento de gás para o mercado interno, em especial na região Sudeste. Crises energéticas relacionadas a gás natural

também têm ocorrido na Argentina e no Chile. Tupi, dessa forma, torna possível uma redefinição das dinâmicas exportadoras da região, visto que o Brasil pode passar não só a suprir a demanda interna de gás, como também a preencher as necessidades argentinas e chilenas.

O futuro da reserva de Tupi ainda é algo a ser discutido. Optando o Brasil por exportar petróleo, passa, então, a integrar a dinâmica internacional da OPEP e a participar dos relevantes fluxos de óleo do mundo. Os excedentes da produção nacional teriam como destino o mercado externo. Assim, um papel de destaque pode também ser ocupado pelo país no que concerne à política externa norte-americana, visto que compradores em potencial para a energia brasileira são os Estados Unidos. Tanto petróleo quanto etanol poderiam ser vendidos para o país. Esta estratégia, além de economicamente vantajosa, também é estrategicamente lucrativa para os EUA. O país deixaria de depender de recursos energéticos de países que considera “hostis”, como Venezuela e algumas nações árabes, para negociar com um país mais amigável – no caso, o Brasil. A mudança de foco na importação de petróleo destina-se a diminuir a dependência dos EUA em relação a Estados que, potencialmente, estariam interessados em desequilíbrios no âmbito doméstico americano.

O Brasil, por outro lado, também pode questionar o quão positivo seria exportar as reservas de gás e petróleo recém-descobertas. A euforia ocasionada

pelo recente descobrimento do campo de Tupi seria, assim, substituída pelo debate governamental em relação a seu destino. Dúvidas quanto à exportação das mesmas ou sua reserva estratégica para futuras necessidades domésticas, a exemplo do que fazem os EUA, são pertinentes. A decisão em favor do consumo interno poderia ser fomentada pela firme tendência, atestada nos últimos anos, de crescimento da economia brasileira. Dessa forma, o Brasil não passaria a ser exportador de recursos energéticos e sim a portador de reservas para uso próprio. O parque industrial e a infra-estrutura nacional seriam fatores essenciais a serem preservados e estimulados; e tal estímulo envolve processos nos quais a abundância de energia é imprescindível.

Questiona-se, por fim, a viabilidade da exploração do campo de Tupi. Elevações e quedas no preço do petróleo são recorrentes no mercado que o negocia globalmente. Desde a década de 1970, marcada por duas graves crises energéticas, altos preços foram sucedidos por outros menores. Seria provável, então, que o atual momento de valorização petroleira, caracterizado por preços extremamente elevados, seja substituído por outro de menores cotações. Posto que, como já foi destacado, o valor do investimento a ser despedido com a exploração do petróleo do campo de Tupi é alto – dada sua destacada profundidade, nunca antes alcançada para prospecção – o elevado custo de sua exploração seria inviabilizado por um barril cotado num valor

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

mais barato no futuro. Conseqüentemente, o preço da unidade não compensaria o investimento total e a exploração de Tupi poderia ser protelada ou, até mesmo, cancelada.

A descoberta da reserva de petróleo de Tupi, na Bacia de Santos, envolve, como pôde ser visto, conseqüências diversas e variáveis abundantes. Uma elevação no poder global de barganha do Brasil, contudo, já pode ser tido como um fato. Uma economia emergente que se qualifica como nona detentora de campos petrolíferos no mundo tem, certamente, sua

presença no panorama externo considerado pelos demais atores da política internacional. A viabilidade e a possibilidade do Brasil se tornar um grande exportador, por outro lado, são pontos que ainda devem ser questionados. O crescimento nacional e o alto valor da prospecção trabalhariam nesse sentido. O alto volume das reservas de Tupi, no entanto, aponta para um futuro no qual brasileiros colocassem-se como exportadores de energia. Poderíamos, dessa forma, como diria Hugo Chávez, já considerar o Presidente Lula um "magnata do petróleo".



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



**INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com